

A nova museologia e os movimentos sociais em Portugal

*Pedro Pereira Leite**

Resumo

O artigo trata dos movimentos sociais no mundo, com especial atenção para Portugal; sustenta o argumento de que os movimentos sociais estão se ampliando em diferentes direções e que são campos privilegiados para a observação da transformação social. Destaca-se o potencial criador que emerge da ação social e os espaços contemporâneos por meio dos quais a tensão social extravasa e se manifesta, especialmente a partir da rede de comunicação global. Argumenta-se que as práticas dos movimentos sociais conduzem para novas relações com o patrimônio e indaga-se se o movimento da museologia social está apto para lidar com os desafios da contemporaneidade. O texto focaliza o surgimento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) e traça a sua trajetória até o ano de 2013, quando se reuniu na cidade do Rio de Janeiro. Por fim, problematiza a museologia social e seu desenvolvimento em Portugal.

Palavras-chave: Nova Museologia. Museologia Social. Movimentos Sociais. MINOM. Portugal.

Os primeiros anos do novo milênio trouxeram para a história dos movimentos sociais novas formas de organização, novas ideias e novos protagonistas. Investigar o lugar que da museologia social ocupa em Portugal no âmbito desses movimentos sociais é a linha que orienta o presente artigo.

Em Portugal constituiu-se em 1985 o Movimento Internacional para Uma Nova Museologia, um grupo de reflexão sobre os processos e as práticas de uma museologia comprometida com as comunidades e com os territórios. Tal movimento sucedeu devido à vitalidade dessa museologia social, em grande parte herdada da intensa atividade dos movimentos sociais iniciados com o processo revolucionários de 25 de abril de 1974. Este artigo procura inventariar de que forma esta museologia social está a traduzir os movimentos sociais contemporâneos em Portugal.

Portugal é hoje um Estado com uma soberania partilhada, usado como modelo para a aplicação das políticas de austeridades defendidas pelo Fundo Monetário Internacional, que se traduzem num desmantelamento das políticas sociais e culturais do Estado Social, defendendo sua substituição por iniciativas corporativas.

Iremos abordar sucessivamente os movimentos sociais contemporâneos, identificar o que está a acontecer no campo da museologia social em Portugal, para refletirmos, sobre os caminhos desta nova museologia.

Os movimentos sociais no mundo

Nos últimos dez anos o mundo é surpreendido por uma nova e intensa vaga de movimentos sociais que mostram vitalidade e energia criadora dos povos na procura de soluções para os seus problemas.

Os últimos anos do século XX haviam assistido aos intensos movimentos pacifistas, contra a guerra do Vietnã e contra a ameaça nuclear, na América do Norte e na Europa; assistiram à emergência dos movimentos pela democratização da América do Sul e foram uma força determinante no fim de inúmeros regimes ditatoriais.

Foram os movimentos sociais que consolidaram os direitos sociais: os direitos da mulher, do negro e das minorias, foram reconhecidos depois de uma intensa organização de demonstrações e campanhas de sensibilização da opinião pública. Assistimos à emergência dos movimentos ambientalistas que acentuam a consciência dum destino comum num planeta em acentuada crise ambiental energética.

A década de noventa começou com o surpreendente colapso do mundo comunista do leste europeu. Iniciado com um intenso movimento social pela reunificação na antiga Alemanha de Leste, os movimentos sociais rapidamente se alastraram pela Ásia e médio oriente. Ao mesmo tempo a China comunista iniciava o seu movimento para “um país, dois sistemas”.

São movimentos sociais contraditórios, por exemplo, na Europa velhos conflitos nacionalistas são resolvidos, ao mesmo tempo que outros, como o caso dos Balcãs evidencia reacendem fazendo lembrar que a guerra é um fenómeno que a qualquer momento pode eclodir.

O mundo transforma-se num imenso mercado global, regulado por agências financeiras e por intensas trocas comerciais. Um mundo que persiste em ser desigual, onde a fome continua a afetar milhões de seres humanos, onde os benefícios dos avanços da ciência tardam ser acessíveis à maioria dos habitantes dos diferentes países. Um mundo ainda imperfeito que a tradição dos movimentos sociais continuava a procurar, através da ação coletiva, transformar em ação política emancipatória.

A crise mundial de 2008 e os novos movimentos sociais

Em 2008, na sequência da intensa crise financeira, criada pela especulação e pela ganância dos especuladores mundiais, a Europa e a América, assistimos a um recrudescimento dos movimentos sociais. Mas agora, surpreendentemente, esses movimentos alargam-se para áreas do globo e inovam nos métodos usados, questões que tem vindo a ser salientadas por diversos observadores da realidade social.

No norte da África, na sequência do problema do desemprego e da autocracia, gera-se uma onda que alastra rapidamente por toda a bacia do mediterrâneo. Na América do Sul, com o crescimento da procura das matérias-primas no mercado mundial, surgem movimentos a reivindicar uma melhor distribuição da renda, uma melhor distribuição dos recursos e uma maior atenção à transparência das decisões dos governos. Movimentos que ficam conhecidos com a “Primavera Árabe”, os “Indignados” os “Occupy Wall Street”. Movimentos sem dúvida muito heterogêneos, de fins diferentes, mas com uma ação muito mais extensa e persistente do que aquela que as agências noticiosas acabam por dar.

O que é que há de comum nesses movimentos sociais, qual é o seu perfil e de que forma é que eles contribuem para a mudança social? Algumas breves linhas sobre esta questão antes de analisarmos as formas como a museologia social responde a este movimento.

Todos temos a percepção que as sociedades submetidas a intensos processos de globalização se apresentam como conjuntos sociais afetados por intensos processos de transformação. O tempo social acelera-se e o espaço social fragmenta-se.

Como em toda a organização social, o processo da sua transformação pode ser observado a partir dos movimentos sociais. É neles que encontramos os elementos de inovação social, de organização e de práticas que estão a emergir. Como sabemos pela teoria social, as formas de poder político tendem a conservar as formas de organização hegemônica, enquanto nas formas de contestação desse padrão de organização social, que em grande parte é protagonizada pelos movimentos sociais, encontramos a procura da inovação social que permite outra organização dos poderes e práticas sociais. É através da análise dos movimentos sociais de contestação que podemos aceder e procurar as evidências que permitem entender as tensões que estão presentes na sociedade. É neles que procuramos entender os ritmos da mudança social.

Como afirma Manuel Castells (2002), no seu livro sobre as sociedades da informação, os padrões da mudança social não se geraram no campo das organizações políticas atuais, mas sim no

campo das ações de rua, protagonizadas pelos movimentos sociais. São os movimentos sociais que estão a pressionar a organização social a introduzir ajustamento e alterações nas suas formas de organização política. Segundo Castells, se procurarmos os motivos que levam os indivíduos a agrupar-se em determinados contextos e em determinadas circunstâncias, para desenvolver uma ação social e pressionar as formas e processos de organização social, estamos a analisar os processos de transformação social.

Segundo Castells (2002), o processo de mudança gera-se a partir de uma emoção individual, face a determinadas circunstâncias, por ação de um elemento catalisador e que se verifica ser socialmente partilhada por membros de um grupo. Castells identifica a produção da *raiva*, como esse elemento catalisador, que quando é socialmente partilhada desencadeia o potencial da revolta. A raiva é uma das emoções básicas do ser humano. Ela é uma das condições necessárias para gerar a revolta no indivíduo. É essa raiva, quando socialmente partilhada pelo conjunto dos indivíduos num determinado momento e face a uma determinada situação, entendida ou percebida como injusta, como ameaça ou como erro que se torna uma condição base do movimento social.

A raiva é uma emoção básica, geralmente conotada como uma emoção negativa, na medida é que se relaciona com a agressividade, a violência, a ira e a hostilidade. Trata-se de uma emoção de defesa do sujeito que desencadeia atitudes de agressão física ou verbal. O ser humano organiza-se seguindo padrões de organização (regras). Essa capacidade de construção de regras, implica a capacidade de as formular e a de aferir a sua utilidade. Nesse sentido, a raiva, para além da emoção também transporta a capacidade de simbolização (abstração) do mundo, transportando a possibilidade correção de comportamentos, de avaliar os erros e de construção da adequação necessária.

No entanto, como afirma Castells, não basta a raiva, mesmo que partilhada por um número significativo de membros, para se gerar a revolta. É necessário acrescentar ainda o *medo*, uma outra emoção básica, para que se gere revolta social. O medo resulta de uma

situação coerciva. O medo eclode perante uma percepção de perigo para o indivíduo e para o grupo, produzindo comportamentos de proteção, individuais e de grupo. O medo é uma emoção que desencadeia sempre uma ação.

No caso dos grupos humanos, o poder social organiza a forma da sociedade, legitimando os processos de ação social, fornecendo as estruturas sociais de concretização da ação e disponibilizando as respectivas narrativas de legitimação simbólica. Ora em certas circunstâncias, quando a percepção de que essa organização social não está a responder adequadamente às necessidades dos membros do grupo, perante a percepção de bloqueamento e os impasses do enfrentamento, a raiva pode emergir.

A raiva perante situação conduz ao enfrentamento das estruturas de legitimação social e impelem para o movimento de revolta, através do qual se ultrapassa o medo. O movimento social é uma ação de revolta contra uma situação injusta cuja percepção de resolução surge bloqueada, gerando-se essa frustração que se transforma é raiva, desencadeando a fúria. Quando essa situação se sintoniza num conjunto alargado de membros, a união de todos é o mecanismo de superação do medo e da raiva, libertando o potencial criador da ação social.

Segundo essa perspectiva, podemos concluir que o processo de mobilização do grupo para uma ação é uma forma de ultrapassar o medo. Trata-se de um processo onde o indivíduo se insere no movimento do grupo, por via da sua revolta, depositando nesse movimento a esperança da resolução dos conflitos em que se sente envolvido.

O que procuramos relevar nesta análise, é que, como diz Castells, todo o processo social é simultaneamente um processo de interação comunicativa. Através da análise dos processos de comunicação entre os membros do grupo e entre estes e o exterior, poderíamos identificar os principais vetores dos processos de mudança social. A questão da análise dos processos de comunicação entre os membros do grupo torna-se crucial para analisar a capacidade de mobilização do grupo, a sua capacidade de processar e partilhar essa

comunicação. A manutenção de fluxos de comunicação constantes é uma parte do processo de manutenção da ação e da superação do individual pelo movimento de conjunto.

A análise dos processos de comunicação entre os movimentos sociais nestes últimos anos permitem comprovar esse paradigma da teoria social. A produção de inovação social por estes movimentos é muito intensa, diversificada e enuncia importantes transformações. A capacidade de comunicação e a plataforma tecnológica evolui aceleradamente, permite a estes movimentos sociais a geração de comunicação em tempo real. O movimento social hoje liga-se em tempo real, gerando em tempo real uma multiplicidade de interações comunicacionais, obrigando a prática de novos processos de decisão sobre a ação. O global e o local estão conectados. Gera-se uma conexão instantânea entre qualquer pessoa em qualquer local. Cada indivíduo comunica instantaneamente com outros, em qualquer escala.

O tempo e o espaço dos movimentos sociais

Ao invés do passado, onde o acumular das tensões, do medo e da raiva levava ao lento aquecimento que culminava numa revolta social generalizada e profunda; hoje toda a tensão pode eclodir e manifestar-se por contágio em qualquer lugar, em manifestação que podem ser mais ou menos intensas, mais ou menos duráveis. O que há de novo nestas manifestações, é que elas, em muitos casos, ocorrem fora ou na margem dos poderes globais. Poderes que embora possam controlar alguns canais, raramente podem impedir uma difusão instantânea que funcionam como catalisadores da ação. Um processo de comunicação, quando gerado, não pode ser controlado. Este foi um dos métodos usados pelos movimentos sociais. A utilização da rede de comunicação global que permitiu o acompanhamento instantâneo em qualquer lugar, através de múltiplos canais rizomático.

Estes movimentos sociais tiveram por base a indignação. Indignação que gera a revolta por se ter entendido que a ação dos

estados privilegiou as organizações financeiras em detrimento dos indivíduos. Foram intervenções dos Estados que incrementaram a concentração da riqueza e a socialização dos prejuízos. O movimento desencadeia e canaliza a indignação das pessoas contra os Estados. Essa indignação contra o Estado foi o que catalisou e canalizou a revolta social.

Mas se estes movimentos sociais nascem na rede social da Internet, que é um espaço de troca de informação protegido, isto é, não passível de ser censurado no momento e onde, através de num único impulso, contagiam múltiplos pontos que em cadeia desencadeiam ondas de expansão a relações sociais, todavia, acontecem em situação.

Não bastará apenas a raiva e o medo para gerar, através das novas tecnologias, um movimento social. É também necessário, que em contexto, as redes de proximidade funcionem. Não há movimento social com indivíduos isolados, mas sim com conjunto de indivíduos a agirem em conjunto. Para que essas conexões sociais de proximidade se mobilizem e se contagiem é necessário que elas preexistam. Para que haja movimento social é necessário que existam espaços e tempos de sociabilidade, Antes, durante e depois.

Esses novos movimentos sociais, embora se concretizem em espaços e tempo locais, a partir de problemas locais, mobilizam, como manifestos, ideias globais. O que se pede na praça pública é democracia, igualdade, liberdade, justiça, quase sempre contra as situações geradas pela limitação dos poderes políticos. Há, portanto, um potencial de criação de inovação, quer em novas relações sociais, quer em novas práticas sociais.

Se o que acontecia no passado, onde o tempo de construção dos fenômenos locais em fenômenos globais era lento, esse tempo, nesses novos movimentos sociais, tornou-se agora num tempo instantâneo. Ao mesmo tempo que mobiliza a comunidade local em torno dos problemas percebidos localmente é a percepção da sua dimensão universal. E essa é também uma nova dimensão desses movimentos. A sua capacidade de localmente protagonizarem movimentos

globais. Os problemas ecológicos e os problemas das mulheres são problemas hoje globais, mas vividos localmente. Quando ocorre uma violação dos direitos humanos num local, eles podem ser instantaneamente ampliados pelas redes de comunicação. Esse eco, por sua vez, amplia a eficácia da ação local, pelo fluxo crescente de interesse sobre o fenômeno.

Os movimentos sociais: a confrontação com as diferentes ordens do poder e a afirmação das diferenças

Há ainda uma outra característica nesses movimentos sociais, talvez a mais interessante em termos de inovação. Sabemos que existe uma tensão entre poderes locais. Uma tensão que foi permitindo a emergência de poderes globais, que atuam globalmente procurando absorver poderes locais, mostrando-se tanto mais eficientes nesse desígnio quanto maiores foram o número de casos de subordinação.

Na lógica da competição entre poderes, a dimensão global é o espaço da afirmação do poder e a dimensão particular se assume como o espaço da afirmação das diferenças. Na tensão entre o geral e o particular, o primeiro tende a procurar subordinar o segundo, ao mesmo tempo que a diferença procura assegurar a sua sobrevivência, negociando compromissos e metamorfoses. Ora se controlar o espaço local é a forma como o poder regula o espaço e o tempo, as normas são formas como esse poder controla os indivíduos no espaço e no tempo. A regulação social tem como função assegurar as conformidades da ação social. As sociedades globais instituirão as formas de representação democrática como forma de regulação do poder político.

A democracia representativa permitia o exercício desse compromisso entre a tradição e a modernidade. De uma certa forma, assumiu-se como forma de regulação global. Nestes novos movimentos sociais podemos observar que eles também transportam uma contestação direta das formas de exercício do poder global, através da proposta de novas formas de exercício do poder democrático. De alguma forma, esses movimentos estão

a reinventar a prática da discussão democrática e o exercício e a experimentação de novas formas de democracia. Estão também a encontrar novas formas de exercitarem patrimônios e heranças que foram sendo esquecidos pelas práticas hegemônicas.

Nesses movimentos sociais estão a emergir novas formas de expressão democrática e a ser recuperados importantes patrimônios das economias solidárias e mutualistas. Esses movimentos sociais estão se tornando campos de experiência de organização social e novos modos de fazer ação política. São espaços onde estamos a ouvir as vozes do mundo.

Não sabemos que novas formas de tomar decisão política irão emergir nessas novas sociedades dominadas por redes de informação e comunicação. Conseguimos, no entanto, entender que há novos processos de tomar decisão, de aprender a tomar decisão, das quais poderão sair novos tipos de organização social, adequadas às sociedades em rede.

A ação social e a expressão dos afetos como inovação social

Outro elemento de inovação social que esses movimentos sociais têm revelado, e esta é uma questão crucial para a museologia social, é a sua experiência dos afetos. Mais acima argumentávamos que a raiva e o medo constituem o caldeirão emocional primordial que desencadeia a ação. A questão do afeto constitui a sua resolução.

A ação social em conjunto é também uma redescoberta do sentido de se estar junto, de entender o afeto e a criatividade do grupo. Os movimentos sociais estão a catalisar novas experiências sociais que se opõem ao fascínio da sociedade dos indivíduos e ao individualismo altruísta hollywoodesco, com base no herói solitário.

Muito se tem interrogado sobre os resultados desses movimentos sociais. Pergunta-se qual é a eficácia do movimento e o que é que ele tem trazido de novo para as problemáticas da emancipação social. Temos observado que os seus resultados não são particularmente relevantes. É certo que o movimento produz sempre qualquer resultado, mas o que é sobretudo relevante é a participação no

processo. A experiência de viver em processo e a aprendizagem de tomar voz, de encontrar outras vozes e de em conjunto procurar caminhos que constituem, em muitos casos caminhos de liberdade que vão sendo, localmente construídos, mostrando a diversidade das experiências.

Em suma, podemos sem dúvida afirmar que nesses movimentos sociais se está a construir o futuro e a decantar as novas formas de organização social. São movimentos, onde a partir dos problemas locais, dos problemas das pessoas, estão a procurar soluções. Sabemos que os grandes processos de mudança na história não geraram através de combates por ideias políticas, mas através da práticas dos movimentos sociais. As ações desses movimentos é que tem efeitos nas formas de organização dos sistemas políticos e na relação das instituições políticas com a sociedade.

Como diz Manuel Castells, a transição da sociedade industrial para a sociedade em rede, não pode ser feita com as mesmas instituições de poder criadas para a afirmação da sociedade burguesa e comercial. Os processos de comunicação estão a fazer emergir novas formas de organização que permitem ultrapassar os bloqueios dessa sociedade que se mostra incapaz de resolver os problemas sociais e procura, através do enfrentamento com os movimentos sociais, impedir essa alteração. Está o movimento da museologia social adequado a estes desafios, ou estará a reproduzir os vícios da sociedade decadente?

O movimento da museologia social

Neste ponto, vamos procurar interrogar o que há de comum entre esses diferentes movimentos sociais, que, perante uma determinada conjuntura econômica de crise financeira em diferentes partes do mundo, mobilizam-se para procurar formas e processos alternativos de organização e a matriz da nova museologia para verificar se esse campo de conhecimento e de prática social se mostra adequado à mobilização das heranças como instrumentos de mudança social.

Essa museologia social que falamos, que se constitui em Lisboa, em 1985, em torno do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), está ancorada no legado do movimento construtivista, onde a ação do indivíduo no grupo é vista como o resultado da sua interação com os outros. Esse diálogo entre o indivíduo e o grupo é a raiz da função social da museologia. Assim, esta nova museologia, ao invés de se centrar no objeto patrimonial, centra-se na relação que os objetos patrimoniais permitem criar entre os indivíduos. Aquilo que o patrimônio permite criar como campo de diálogo entre os membros da comunidade e com os territórios.

Essas preocupações, que na museologia emergem com motivação para a ação, aparecem no texto que a Nova Museologia considera a sua declaração fundadora, a “Declaração de Santiago”, feita em 1972, na cidade capital do Chile. Esta Declaração, feita no contexto dos intensos movimentos sociais da América do Sul na época, vinha, entre outras questões não menos relevantes, chamar a atenção para a necessidade dos museus estarem ao serviço do desenvolvimento da comunidade e dos territórios. Por esse caminho, gradualmente, introduzia-se no vocabulário da museologia as questões do ambiente por meio de conceitos como ecomuseu e museu integral. Os efeitos desta Declaração vão influenciar profundamente o movimento museológico na América e na Europa e está na origem do desenvolvimento dos novos tipos de museus de comunidade, de consciência, de território.

Passados doze anos, em 1984, na cidade de Quebec, no Canadá, uma segunda Declaração, que ficará conhecida como “Declaração do Quebec”, irá marcar este movimento da nova museologia, introduzindo a questão da necessidade de envolver as comunidades e mobilizar a sua participação nos processos museológicos. Essa reflexão chega por via do intenso debate de vários museólogos de todo o mundo sobre experiências em ecomuseus. É a consciência da necessidade de incorporar a participação da comunidade nos processos museológicos que determinará a vontade desses novos museólogos constituírem-se como um grupo dentro do ICOM. Esse grupo será formalizado no ano seguinte, em Portugal, constituindo o MINOM.

O Terceiro momento de relevância para as nossas questões registra-se em 1992, através da “*Declaração de Caracas*”, onde chama a atenção para a necessidade dos processos museológicos integrarem, debaterem e trabalharem as questões da globalização. Ao mesmo tempo emerge a consciência de que os museus são simultaneamente espaços de comunicação e de preservação, introduzindo uma dualidade na prática museológica. A nova museologia, que continua a desenvolver com importantes contributos, será doravante marcada por esta tensão entre a salvaguarda das heranças e a sua comunicação, isto é, do seu uso como instrumento de educação e de construção de inovação social (Bruno, 1996). É através dessa consciência que vai formar a proposta de formação das cadeias operatórias da museologia, no qual a questão e as problemáticas da conservação são colocadas em paralelo com a sua devolução à comunidade como processo de comunicação.

A partir dessa concepção da museologia como instrumento de construção da relação dos objetos mnemônicos com as comunidades e com os territórios, a operação museológica deixa de ser uma operação executada exclusivamente por peritos, para ser efetuadas de forma participada pelas comunidades. Trata-se de uma operação que nos obriga a interrogar sobre o que se escolhe para preservar, o que nos leva a questionar sobre quem seleciona, como se preserva e para que se preserva; ao mesmo tempo que, estando o processo museológico ao serviço da sociedade, nos obriga a interrogar sobre o que se comunica, como se comunica, para quem comunicamos e para quem o comunicamos.

Finalmente, chegamos a uma nova declaração, a “*Declaração do Rio*”, aprovada na XV Conferência Internacional do MINOM, em 2013, que defende uma nova museologia com base nos afetos, na formação de narrativas construídas pelos protagonistas, nos museus como processos políticos, poéticos e pedagógicos que sejam simultaneamente protagonistas e cenários de construção de memórias e de sonhos que levam a reconstrução da realidade.

Essa nova museologia ao mesmo tempo que inclui na museologia novos objetos, novos protagonistas e se dissemina por vários espaços

sociais em relação com outros processos, transforma-se num serviço prestado à comunidade. Tal como surgem novos tipos de museus, tais como ecomuseus, museus de território, museus de comunidade, museus de identidade, museus de consciência, museus sem objetos ou as redes de museus; surgem também novos objetos, tais como as narrativas biográficas, os patrimônios imateriais, ou objetos construídos no processo de conhecimento/fruição; e surgem novos processos museológicos, sejam espaço de cultura ou configurações onde os processos museológicos se entrelaçam com outros processos sociais, no campo da saúde, da educação, dos serviços etc.

Estamos perante um movimento que tem vindo procurar adequar as suas práticas à mudança social, buscando ajustar as suas práticas e formas organizacionais aos movimentos sociais. Como verificamos acima, os processos dessa nova museologia social tem vindo procurar relacionar os problemas locais com os problemas globais, atuando através de processos democráticos, inserindo-se e facilitando as criação de conexões nas comunidades, contribuindo para a emancipação social através da criação de espaços e processos de encontro.

Se esse movimento de renovação da museologia se mostra adequado aos modernos processos desenvolvidos pelos movimentos sociais, interroguemos agora a realidade portuguesa em busca desses sinais.

Museologia Social em Portugal

Como afirmamos no início, Portugal foi o *locus* onde se constituiu o Movimento Internacional para uma Nova Museologia e isso não foi por acaso. Onze anos após a Revolução dos Cravos e o processo de democratização do país que deu início a um intenso processo social catalisador de forças, projetos e iniciativas culturais de base local, empenhadas na resolução dos problemas das comunidades e nas iniciativas de desenvolvimento local, muitas delas com base em projetos culturais era inevitável que muitas dessas iniciativas desembocassem em experiências museológicas. A nova museologia em Portugal acolheu e decantou muitas experiências do movimento social que então se gerou.

Não faltarão exemplos dessa riqueza museológica, embora muitas dessas experiências tenham se perdido na memória dos seus agentes. A época os processos comunicativos eram bem diferentes dos atuais, e o registro e a reflexão sobre a ação nem sempre faziam parte da riqueza produzida pela ação social. Como temos acesso através do arquivo do MINOM, em boa hora digitalizado, os processos acabavam por ter um ciclo de vida bastante curto e um raio de influência limitado. Muitas dessas experiências estão agora limitadas ao domínio da oralidade.

Argumentamos aqui que, como premissa de base, a constituição em Portugal do MINOM, não menosprezando as importantes experiências à época noutras latitudes, resultou numa boa medida da riqueza e diversidade das experiências museológicas portuguesas, herdadas desse intenso período da construção da democracia. Tal fato também não será alheio, a existência em Portugal de um grupo MINOM Portugal¹, que embora plenamente integrado no MINOM Internacional, num caso que nos parece único neste universo, procura através da mobilização dos membros desse território, refletir a nova museologia numa base nacional. Realizou, por exemplo, nestes quase 30 anos, 22 encontros sobre a “Função Social dos Museus”, 17 encontros sobre “Museologia e Autarquias”, além de um conjunto de iniciativas e encontros mais delimitados.

Também uma boa parte desse esforço de reflexão e prática sobre a Museologia Social se traduziu na constituição em 1993, na Universidade Lusófona, do primeiro Programa de Pós-Graduação em Museologia Social, em 2001, do Mestrado em Museologia e, em 2007, do programa de doutoramento em museologia. Programas acadêmicos que contam com a colaboração dos membros do MINOM, permitindo aos diversos investigadores tomar conhecimento dos problemas e práticas que afetam de modo direto a nova museologia. Para além disso, conta ainda com a publicação, desde 1993, de 44 números dos *Cadernos de Sociomuseologia*, local onde são publicados inúmeros textos de reflexão sobre essa museologia social.

Será, portanto, de esperar, face a um resultado tão elevado da atividade dos membros, que seja possível encontrar em Portugal

uma importante expressão, dessa nova museologia nos diversos espaços e processos museológicos. Todavia, não é essa a situação. Apesar de um elevado número de experiências, muitas delas ainda aguardam uma reflexão mais profunda, contam-se nos dedos de uma mão os casos de práticas dessa nova museologia.

Entre os membros portugueses dessa nova museologia, correm explicações para essa situação. Há quarenta anos, a revolução democrática foi um importante contexto para o desenvolvimento de movimentos sociais. Muitos desses processos, de desenvolvimento de ações de divulgação cultural, de animação desportiva, de alfabetização, geralmente praticados por associações e grupos de moradores, acabaram, por diferentes vias, por colocar as questões do património, da educação patrimonial na ordem do dia. Essa corrente de criação e inovação cultural, que se orientou para as questões patrimoniais (pois houve outras correntes que se dirigiram para o teatro, para o cinema, para a música e a dança, para as cooperativas de produção e consumo, para o artesanato), acabaram por afluir ao movimento de constituição do MINOM, tendo esse movimento servido de organização matricial desde então.

Para a compreensão da vitalidade desse movimento em Portugal, também não é indiferente a ação do Instituto Franco-Português em Lisboa, liderado entre 1977 e 1987, por Hugues de Varine². Antigo presidente do ICOM, Hugues de Varine (1965-1974) havia participado no movimento de renovação da museologia europeia, tendo formulado o conceito de ecomuseu, um conceito que procurava aproximar a questão da museologia aos problemas sociais do contexto europeu nessa época.

Os conceitos de Ecomuseu, que alarga a ação do espaço museológico ao território envolvente, procurando mobilizar os recursos locais como instrumento do desenvolvimento, e o conceito de museus de comunidade, este mobilizando a comunidade como ator de desenvolvimento, constituirão, com o alargamentos da noção de objeto museológica, essa matriz ternária da nova museologia.

Essa riqueza que chega ao campo patrimonial por via dos movimentos sociais e a do regresso de Portugal à UNESCO³, ambos

na sequência da revolução democrática, que propõe um novo tipo de planeamento nas organizações museológicas⁴, e a presença de Varine com as suas propostas de ecomuseu em diversos espaços⁵, explicam uma parte dessa vitalidade. É nesse contexto que quer Mário Moutinho e Manuela Carrasco, a partir de Monte Redondo, iniciam o seu trajeto de consolidação da Nova Museologia, Alfredo Tinoco, a partir da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, com a proposta de participação das comunidades na formação dos seus patrimônios do trabalho (museus mineiros, museus têxteis, museus das indústrias conserveiras, museus das pescas).

Ora se esse caldo de cultura de inovação explica a vitalidade do movimento dessa nova museologia em Portugal, o que sucede ao país com a adesão às Comunidades Europeias, com a introdução de novas formas de organização da cultural, com a implementação de políticas públicas na área da cultura, com acesso a fundos comunitários para a construção de espaços culturais, explica, em parte, que toda a riqueza da experiência dos movimentos sociais para um plano secundário. Salvo algumas exceções, a maiorias das intervenções museológicas acaba por se integrar em estruturas hierárquicas, na dependência de terceira instituições que asseguravam o financiamento da atividade. A vitalidade das ações informais vai-se perdendo à medida que os formalismos institucionais aumentam. Com essa integração institucional os atores perdem criatividade, ganham rotinas e perde-se grande parte de espontaneidade

Portanto, pode-se considerar, que em paralelo com a consolidação da reflexão teórica, através da sua integração na Universidade⁶, a maturidade do pensamento sociomuseológico em Portugal, incluindo a sua profunda influência no mundo da nova museologia, foi se ampliando, simultaneamente com uma diminuição da capacidade de criação de inovação museológica.

Desse modo, estamos perante um aparente paradoxo, onde em paralelo com o aumento do número dos profissionais não se verifica um aumento das experiências de inovação dessa nova museologia. A tudo isso, se adicionarmos o envelhecimento natural dos principais protagonistas, explica em parte essa contradição.

Isso aliás não é nada que não tenha já sido refletido no âmbito dos encontros do MINOM⁷, onde se tem detectado essa perda de vitalidade e de projeção da museologia social em Portugal.

No nosso ponto de vista há evidentemente boas razões para olhar para aquilo que construíam as ideias iniciais, os objetivos e comparar com os seus resultados. Efetivamente, todos nós sabemos que a dimensão da utopia raramente coincide e se conjuga de forma satisfatória com a dimensão do real. Há sem dúvida muitas razões, muitas delas identificadas nessas reflexões, mas a questão de fundo continua por explicar.

A questão que o Movimento da Nova Museologia deve colocar a si mesmo é o de saber face ao movimento social, aos movimentos da sociedade, à Raiva e ao Medo que geram revolta e explosão, a museologia está em condições de dar alguma resposta.

Interessa olhar para o que está a acontecer, sem olhos preconceituosos, e conseguir ver quem é que na museologia está a procurar conexão com os ritmos do mundo. Quem está procurando criar, a partir do local, conexões com as lutas globais. Quem é que localmente está a usar o património e as heranças para favorecer as iniciativas criativas e as inovações sociais. Olhar para quem a partir do local procura alternativas mutualistas às economias do consumo; quem numa escala local, procura trabalhar os patrimónios a partir do encontro, procurando alternativas à sociedade dos indivíduos; quem nos espaços e processos museológicos procura criar conexões de ação para mobilizar as comunidades.

Em suma, é necessário saber quem é que está a afirmar um novo paradigma de transição e a implementar uma museologia dos afetos; quem é que localmente está a utilizar os instrumentos das tecnologias da comunicação para incrementar as conexões com o mundo global na museologia.

Sete museus com trabalho de museologia social em Portugal

A partir da análise de sete casos, vamos procurar demonstrar essa vitalidade. Uns que são herdeiros dessa nova museologia,

outros nem tanto. Alguns mais institucionais, com uma abordagem profissional mais condicionada pelo papel institucional, outros mais condicionados pela sua posição institucional. Alguns com uma atividade mais relevante em certos momentos, outros casos ainda como que promessas que não sabemos como se cristalizarão.

Começamos pelo Museu do Casal de Monte Redondo⁸. Museu criado por Mário Moutinho e companheiros nos anos oitenta, na localidade de Monte Redondo, uma área em pleno pinhal, a vinte quilómetros da Leria, e que se tornou uma referência para essa nova museologia em Portugal.

Começou por se chamar Museu Etnológico e reuniu uma coleção de objetos etnográficos, com cerca de 2.000 peças, recolhidas pela comunidade. Foi um museu de referência para a museologia social em Portugal, durante largos anos foi ponto de encontro da comunidade museológica. A sua peculiar forma de organização levantou, nomeadamente, o seu funcionamento informal, levantou durante muitos anos problemas de reconhecimento por parte das entidades do estado. O Museu não dispunha de um corpo de funcionários e estava organizado de forma voluntária. O acesso ao museu era feito de acordo com as disponibilidades, através de uma chave que se encontrava depositada na entrada do próprio museu. Em 2012, o museu foi refundado, passou a contar com a participação de jovens da Aldeia, tendo a biblioteca sido dinamizada, o espaço de museu passou a funcionar como espaço para a comunidade.

O segundo caso, do Museu do Traje de São Brás de Alportel⁹, localizado a sul de Portugal, é um museu criado numa antiga quinta, dispondo de uma residência senhorial, onde está instalada a coleção permanente, e um espaço amplo, de ar livre, onde se realizam vários eventos, feiras e atividades do museu. Através de fundos comunitários foram construídas algumas instalações para o depósito de objetos, biblioteca, bar e espaços de exposição temporários.

A nova museologia assume-se neste museu como uma forma de gestão. Através de um contato com a comunidade local, foram identificados um conjunto de problemas relevantes para a vida

local e da região. Essas questões são trabalhadas nos museus por via da participação da comunidade, que se organiza com a forma de grupos. O museu é também um espaço de criação e de empreendedorismo. Está aberto a iniciativas de criação do próprio emprego, oferecendo o espaço através de trocas justas de bens e serviços. O modo de gestão do espaço tem procurado refletir de forma aprofundada na relação entre o museu e o espaço envolvente e a comunidade. As questões da sustentabilidade das atividades do museu constituem uma prioridade na programação das atividades

No meio da planície alentejana encontra-se o terceiro caso que aqui alocamos, o Museu da Ruralidade de Entradas¹⁰. Criado num antigo armazém agrícola, numa aldeia de acentuada vocação rural no município de Castro Verde, uma das zonas mais envelhecidas e desertificadas de Portugal, o museu assume-se como espaço de tradição e modernidade. No seu espaço foi construída uma Taberna, ponto de encontro semanal da comunidade, onde, com o pretexto do canto, os mais novos e os mais velhos se encontram para dar azo a arte do canto. Esse trabalho é feito com base na colaboração da comunidade que participa em diferentes momentos de recolha das tradições e na posterior divulgação, através da formação de grupos corais nas escolas e associações no concelho.

Paralelamente, uma vez por ano durante o Entrudo, o museu e a comunidade local envolvem-se num festival de danças, onde toda a aldeia é mobilizada para desenvolver atividades que exploram as diferentes dimensões da cultura local. Durante três dias, através do Entrudanças¹¹, a força do ritmo do corpo provoca diálogos plurais. É certo que o festival dura apenas três dias, mas a mobilização que gera influencia a atividade do museu durante boa parte do ano.

Avançando agora para o litoral, no Museu do Trabalho Michel Giacometti em Setúbal¹², numa antiga fábrica da portuária cidade de Setúbal, a alguns quilómetros a sul do Tejo, foi palco, durante uma dezena de anos, de atividades de forte ligação com a comunidade piscatória. O museu estava situado numa das zonas de maior concertação de pescadores, que tinham afluído à cidade portuária no início do século XX para o desenvolvimento das

indústrias de conserva. Durante o tempo em que a diretora Isabel Vitor desempenhou atividades percebendo essa riqueza, o museu aproximou-se à comunidade para que ela fosse contando a sua história, fosse disponibilizando a sua memória. Foi um trabalho que foi se alargando a outras comunidades da cidade. Como cidade portuária que é, Setúbal acolhe uma multiplicidade de gentes das mais diferentes paragens. As tardes interculturais constituem nesse museu uma oportunidade para o trabalho da memória das diferentes comunidades.

Um quinto exemplo, o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha¹³ recentemente inaugurado numa casa da histórica Vila da Batalha, à sombra do esplendoroso Mosteiro, patrimônio da humanidade, que ilustra de forma soberba a transição do mundo medieval, para o mundo do Renascimento, procura contar a história do assentamento urbano, dos operários que assentaram as pedras da imponente catedral. O elemento de maior relevância para a museologia social desse processo é a forma como o programa museológico foi desenvolvido. Através da participação da comunidade, todo o espaço museológico e a respectiva coleção foram sendo discutidos e debatidos até se cristalizarem num processo expositivo. Com as portas abertas, o museu continua a trabalhar na sua ligação com a comunidade, alargando os seus processos de trabalho a universos mais largados.

Entrando para o interior, para as terras junto da raia com Espanha, o Museu Regional Francisco Tavares Proença Júnior de Castelo Branco¹⁴, é um museu com interesse para a museologia social através da forma como as questões do gênero são trabalhadas, mais uma vez, através da figura da sua diretora a análise do discursos sobre o gênero e a evidencia do seu impacto na forma como as narrativas museológica são construídas. A nova museologia evidencia neste museu o valor dos discursos na construção das narrativas museológicas. Mas, o trabalho dessa nova museologia, vai para além disso. Em Castelo Branco desenvolveu-se durante largas dezenas de anos a arte dos bordados. No espaço do museu mantém-se em laboração uma oficina de bordados, que não só serve como escola, como ajuda a criar valores na comunidade.

Finalmente um sétimo e último caso, o Museu Mineiro de São Pedro da Cova¹⁵, nas terras do norte, nos arredores do Porto, trata-se de um museu dedicado às questões da mineração. Existem em Portugal vários processos museológicos em torno das questões da mineração. A mineração é uma das atividades mais interessantes para compreender a história portuguesa, sendo responsável por uma intensa comunicação entre as gentes. O Museu de São Pedro da Cova, instalado na “Casa da Malta”, um espaço dedicado ao descanso dos trabalhadores da mina, procura mostrar os modos de vida e de trabalho dessa comunidade, ao mesmo tempo que desenvolve uma importante atividade de sensibilização ambiental. Através de um trabalho educativo com as escolas da comunidade, o museu vai trabalhando a memória e a identidade local, permitindo a emergência de múltiplas atividades que fomentam o associativismo e a mobilização coletiva.

A relevância da museologia social em Portugal

Concluindo este breve balanço sobre alguns casos relevantes da museologia social em Portugal, não podemos deixar de evidenciar que eles ilustram uma das questões que temos procurado relevar. Argumentamos que a agregação dos membros dessa nova museologia em Portugal acolheu muito da experiência social que havia sido desenvolvida no período da democratização. Essa experiência acabou por ser incorporada na reflexão acadêmica, por via de uma institucionalização do ensino da museologia social. Essa condição favoreceu de forma substancial a reflexão teórica sobre a museologia, permitindo a concretização de importantes experiências museológicas.

Como pudemos também argumentar, essa situação ocorre num período de refluxo dos movimentos sociais, onde a criatividade e a inovação foram menos valorizadas em detrimento de uma aproximação às estruturas reguladoras e normativas. As políticas públicas culturais tenderam a privilegiar a criação de rede de equipamentos culturais e de património e centraram-se na criação de instrumentos reguladores dos processos de intervenção.

Os museus e os movimentos sociais são constituídos por pessoas que se organizam socialmente nas formas disponíveis. Em Portugal, entre 1985 e 2009, viveram, por via dos processos de integração europeias, trinta anos de elevada transformação social, de grande bem-estar e disponibilidade de recursos que absorveram grande parte da energia dos movimentos sociais ao mesmo tempo que lhes foram normalizando as práticas.

Na falta de movimentos sociais fortes na sociedade, e perante as possibilidades de caminho abertas pelas políticas públicas orientadas pelo Estado e pelos governos europeus, os museólogos sociais foram encontrando formas de ação que se ajustaram às circunstâncias.

É também necessário não esquecer que essa museologia social, ao nível português e europeu continua a ser uma museologia minoritária. Uma museologia empenhada, aceita pelos seus pares, mas ainda longe de convocar grandes atenções.

Pelas razões de contexto e circunstância essa museologia social foi-se construindo a acantonando nos espaços mais tradicionais, não procurando a riqueza dos movimentos sociais mais criativos da sociedade.

Quando os museólogos estão empenhados no trabalho social, no trabalho com as comunidades, abrem-se vários caminhos de possibilidade. Contudo, como sabemos, os museus são para além de espaços de memória e espaços de poder. E como tal, os museólogos e museólogas sociais também se confrontam com as pequenas e grandes tensões que cada espaço comporta.

Constituindo Portugal um espaço periférico da Europa, as diferentes tensões e os diferentes poderes que se vão debatendo na sociedade, e perante os escassos recursos disponíveis, conduzem para que os museus sejam lugar de aceras disputas de memória e de poderes. Desse modo, compreende-se melhor que apesar da intensa vitalidade da nova museologia em Portugal e de através da sua intensa atividade formativa, a expressão continuada e a capacidade de construção de inovação das diferentes práticas museológica se encontram fortemente condicionadas pela capacidade de intervenção dos seus agentes.

Finalmente um outro fator que também explica certa limitação dos casos e das práticas de uma nova museologia comprometida em Portugal, relaciona-se com uma relativa distância dos atores com as vivências das comunidades. A maioria dos atores da nova museologia chega às práticas dessa nova museologia por via acadêmica. Isso é particularmente visível nos encontros sobre a Função Social dos Museus e nos de Museologia e Autarquias, onde o modelo de encontro continua a ser o modelo universitário, da transmissão do saber.

Os movimentos sociais de inovação, como vimos acima, transportam uma prática política emancipatória. A aplicação dos modelos participativos, o desenvolvimento de práticas criativas, a procura dos problemas locais, das sensibilidades e a criação de espaços de afetos são componentes desses novos movimentos que estão ausentes das práticas e dos processos dessa nova museologia.

O envolvimento dos modelos participativos dispõe hoje de recursos para o desenvolvimento de práticas criadoras nos encontros. Um certo receio de enfrentar a criatividade acaba por levar a modelos de intervenção muitos fechados, pouco ajustados

Concluindo esta nossa reflexão sobre os movimentos sociais e a nova museologia em Portugal, identificamos mais acima que há um novo tipo de movimento social, um movimento que não tem na sua gênese grandes ideais de orientação política, mas que corporizam, apesar de tudo, ideias de justiça, igualdade, paz e preocupação sobre o estado do mundo. Se por um lado não apresentam grande reivindicações, traduzem uma grande parte das preocupações locais. Também verificamos que esses movimentos se caracterizam pela sua horizontalidade.

De alguma forma, esses novos movimentos sociais, que se organizam e atuam com base em configurações rizomáticas, mostram a debilidade e as ineficácias das grandes organizações hierárquicas. A sua ação tem por base a desobediência civil, processa-se através da ocupação do espaço público, e em muitos domínios verificam-se algumas vagas de destruição de equipamentos. Nessas manifestações, têm-se notado a utilização das táticas dos *black blocs*.

Uma forma de ação onde os participantes se vestem de negro, com o rosto tapado para evitar a identificação. Eles dirigem a sua violência contra instituições financeiras e contra o aparelho de repressão do Estado.

Mas para além dos movimentos mais violentos, verificamos que esses movimentos sociais tem vindo a mostrar as profundas alterações no mundo nestes últimos anos. No movimento social e na procura da inovação a dimensão participativa tem vindo afirmar-se como modo de ação política. Na dimensão participativa, sente-se que estão a emergir novas formas de prática democrática. Por exemplo, a democracia dialógica, onde se procura uma conciliação entre os fins e os meios, tem vindo a afirma-se cada vez mais como um princípio de regulação política. A democracia dialógica procura ultrapassar alguns bloqueios que a democracia participativa já tinha revelado, incrementando os processos de democracia direta e ação direta, em detrimento dos processos de representação que caracterizaram as instituições políticas da modernidade.

A museologia social, como verificamos, é um campo de experimentação para esse novo tipo de movimento social. Como sabemos, as questões da mudança e da tradição entre o local e o global permanecem como uma das problemáticas na teoria social e uma questão central no campo dos estudos patrimoniais. Os processos museológicos ganham, dessa forma, relevância para o trabalho sobre a inovação social.

A questão da inovação Social é uma problemática emergente no campo da museologia. A questão das comunidades viverem num tempo de mudança acentuada a associada à presença dominante de um modelo tecnológico com empresarial (com um regulação pelo mercado), exige que a organização social encontre uma resposta para além desse mercado.

Se a abordagem do social, pelo campo das ciências sociais, tem sido marcada por certa análise dos olhares sobre a inclusão das comunidades e na criação de capacidades nas populações marginalizadas e excluídas dos processos hegemônicos, as novas abordagens da teoria social procuram centrar-se nos processos de

mudança social, construída pelos próprios atores sociais, a partir da mobilização dos seus saberes.

A inovação social, como problemática da museologia passara então a se centrar na mobilização dos objetos patrimoniais para a satisfação das necessidades humanas, com base na pessoa na sua dimensão física e afetiva, na inclusão e na participação de todos nos processos e na capacitação social dos sujeitos (do eu para o todo). A museologia assume-se como um processo de busca de relações de poder, procurando colocar os atores sociais em diálogo e criar compromissos de ação.

A museologia dos movimentos sociais procura criar narrativas inclusivas e não evitar as narrativas exclusivas. É uma museologia que procura criar evocações (capacidade de comunicar) no espaço e colocar os atores face a face para procurar a dimensão humana e o encanto. A inovação social dispõe de uma dimensão política de emancipação social, por isso dispõe de um potencial de transformação que importa entender. É necessário entender em que contexto se gera a inovação social e em que contexto se realiza.

O movimento da nova museologia tem-se mostrado atento à questão da inovação social. Contudo, em Portugal, o movimento dessa nova museologia, apesar do seu contributo teórico, mostra-se, nestes últimos anos, aprisionado do seu sucesso no passado, e tem-se constituído como um movimento que não tem tido a capacidade de inovar as suas práticas coletivas, ao mesmo tempo que os processos que dinamiza, na maioria dos casos, resultam de experiências académicas. Experiências pouco enraizadas numa proximidade com os movimentos sociais. Tem-se desenvolvido uma museologia celebratória, que mobiliza de forma insuficiente os principais atores sociais.

O caso português da museologia social pode ser abordado como um caso de estudo. Foi um modelo que partindo de um princípio teórico de desenvolvimento da participação das comunidades para ativar os recursos patrimoniais como recurso para o desenvolvimento dos territórios, confrontou-se com fortes políticas públicas, no qual o Estado (nacional e comunitário) atua como financiador das

diferentes redes. Esse domínio dos processos de financiamento acabou por condicionar os diferentes processos, na medida em que obriga à conformação das ações como modelos preestabelecidos no quadro das organizações do próprio estado.

Há, no entanto, um grande potencial para explorar a ligação dos processos da museologia social aos movimentos sociais. A questão do empreendedorismo social, tem vindo mostrar como um instrumento adequado a geração e formas de economia popular e solidária.

Os processos museológicos podem se constituir como incubadoras sociais, como alguns equipamentos já mostram, como espaços experimentais da aplicação de novas tecnologias, de novas práticas sociais de participação e decisão.

As práticas sociais e os discursos dominantes tendem a privilegiar o empreendedorismo individual em detrimento do empreendedorismo social. A museologia social apresenta na sua matriz as condições necessárias para reinventar a emancipação social em Portugal.

Sabemos que o papel do terceiro setor, o setor social está a ser profundamente reequacionado na crise económica e social atual. A museologia tem um papel a desenvolver no uso das memórias da comunidade. A questão dessa nova museologia social é agora como mobilizar as pessoas para trabalhar na comunidade. É necessário ter confiança nas pessoas e nos processos para criar redes colaborativas.

A museologia social em Portugal, apesar das suas contradições e condicionantes, que mais acima identificamos, apresenta o vigor necessário para se envolver em processos de inovação social. Para isso, necessita resolver algumas questões sobre as suas práticas. De forma a desenvolver os processos participativos de forma plena, do planeamento à decisão da ação, dos mecanismos de avaliação aos processos de revisão de prioridades. Os processos museológicos dessa nova museologia devem procurar trabalhar nas esquinas do mundo, olhando as trocas culturais por causa de uma economia social. Uma economia onde a troca é uma alternativa ao consumo, uma economia que parte dos recursos locais, que os reutiliza, recicla, e evita o espírito do consumo para se centrar no Encontro.

A museologia social que tem vindo a se afirmar hoje em Portugal assenta em redes colaborativas, gera produtos colaborativos e promove a inserção social, ao mesmo tempo que acentua a dimensão global das questões da memória. As memórias e os patrimônios são espaços e pretextos de permuta com os outros.

Notas

*Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Pesquisador do CES – Universidade de Coimbra, onde desenvolve o projeto “Heranças Globais: a inclusão dos saberes das comunidades como instrumento de desenvolvimento integrado dos territórios” (2012-2104). É diretor de Casa Muss-amb-iki – espaço de Memórias e intervém no âmbito da pesquisa de redes sociais de memória. Foi professor associado na ULHT, fez um pós-doutoramento em sociomuseologia com o trabalho “Olhares Biográficos: A poética da intersubjetividade na museologia”. Tem publicado resumos, artigos e livros em diálogo com a sociomuseologia.

1 Os documentos relativos a esse movimento podem ser consultados em: <http://www.minom-icom.net/_old/signud/>

2 Disponível em: <<http://www.world-interactions.eu/>>.

3 Na sequência da política colonial e da recusa da verificação dos mandatos sobre as suas colônias africanas, Portugal sofria pesadas sanções nas organizações internacionais, entre as quais a UNESCO em 1961.

4 Num diagnóstico elaborado em 1976 por Per Uno Agren, “o estado da Museologia em Portugal, foram apontadas falhas na gestão dos espólios; falta de legislação, a ausência de atividades educativa nos museus, tendo-se recomendado a criação duma Rede de colaboração nos museus, a criação ou renovação de museus regionais, um programa de colaboração entre poder central e poder local e a comunidade, programas de formação para os profissionais da área e programas de organização de museus (SIGNUD, documento nº 31).

5 O primeiro ecomuseu proposto por Varine, em 1977, era na Serra da Estrela, um maciço montanhoso, terras frias de pastores, que por diversas razões não se consolidará. Apenas em 1982, no Seixal, através dos trabalhos de António Nabais e Graça Filipe será criado um ecomuseu. Disponível em: <http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/apresentacao/apres_home.html>

6 A formação em museologia social, que se inicia com Mário Moutinho e Hugues de Varine em 1982, através de ações formação informais, consolida-se a partir da 1991.

7 Disponível em: <<http://www.minom-portugal.org>>.

8 Disponível em: <<http://www.museumonterredondo.net>>.

9 Disponível em: <<http://www.museu-sbras.com/>>.

10 Disponível em: <<http://musedaruralidade.blogspot.pt/>>

11 Disponível em: <<http://entrudancas2014.pedexumbo.com/pt/>>.

12 Disponível em: <<http://www.mun-setubal.pt/MuseuTrabalho>>.

13 Disponível em: <<http://www.museubatalha.com/>>.

14 Disponível em: <<http://mftpj.drcc.pt/site/index.php>>.

15 Disponível em: <<http://museumineirosaopedrodacova.blogspot.pt/>>.

Referências

ARENDDT, Annah (2001). *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio de Água, 406 p.

ARISTOTELES, (1986) , Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 316 p.

BRUKE, Peter (2008). *O Espaço Vazio*, Lisboa, Orfeu Negro, 222 p.

BRUNO, Cristina (1996), “Museologia e Comunicação” in *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n° 9

BRUNO, Cristina (2004), “As expedições no Cenário Museal” in *Expedição São Paulo 450 anos*, São Paulo, Museu da Cidade de São Paulo, pp 36-47

CASTELLS, Manuel (2006). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação Política*. Lisboa, INCM, 435 p.

CHAGAS, Mário (2009). *A Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo*

Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura/IBRAM, 257 p.

DELANTY, Gerard, (2010). *Community*, London, Routledge, 188 p.

DELEUZE, Gilles. (2011). *Francis Bacon : A lógica da Sensação*, Lisboa, Orfeu Negro, 267 p.

DESVALLÉES, André (1992-4). *Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie*. Paris: DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François, (2010). *Concepts Clés de Museologie*, Paris, Armam Colim. (disponível em www.icom.museum)

FREITAS, Lima de e MORIN, Edgar, NICOLESCU, Besarab (1994). *Carta da Transdisciplinaridade*, Arrábida, Encontros da Arrábida/ UNESCO.

GIDDENS, Antony (1996). *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 126 p.

GIDDENS, Antony (1996). *Novas Regras do Método Sociológico*, Lisboa Gradiva, 193p.

HONNET, Axel (2011). *Luta pelo Reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*, Lisboa, Edições 70, 287p.

MAYRAND, Pierre (2009). Paroles de Jonas: augmentés com essays D'Altermuseologie. In *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n° 31.

MOUTINHO, Mário (2007). "Definição Evolutiva da Sociomuseologia" in *XIII Atelier Internacional do MINOM*, Lisboa (www.museologia-portugal.net/sociomuseologia).

PEREIRA, Pedro Cardoso (2010). *O Património perante o Desenvolvimento*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Museologia, ULHT.

PEREIRA, Pedro Cardoso (2011). *A Cultura perante o Desenvolvimento*, Lisboa, Pós-doutoramento em Cultura e Comunicação, Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa.

PRIMO, Judite (2007). "Documentos Básicos em Museologia: Principais Conceitos" in *Cadernos de Sociomuseologia*, n° 28, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento, 59 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1989). *Introdução a uma ciência Pós-moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 199 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2002). *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da Experiencia*, Porto, Edições Afrontamento, 373 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2006). *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, Porto, Edições Afrontamento, 359 p.

Recebido em 21 de março de 2014.

Aprovado em 30 de abril de 2014.

Abstract

The article broaches the subject of the social movements around the world, with special attention to Portugal, arguing that social movements are expanding in different directions and are privileged standing points for the observation of social transformation. The author highlights the creative potential emerging from social action, as well as the contemporary spaces through which social tension overflows and becomes manifest, especially from the global communications network. He argues that social movements' practices lead to new relations with heritage and questions if the Social Museology movement is fit for dealing with the challenges of contemporaneity. The text focuses the emergence of the International Movement for a New Museology (Minom) and traces its path up to the year 2013, when Minom met in the city of Rio de Janeiro. Finally, it problematizes social museology and its development in Portugal.

Keywords: New Museology. Social Museology. Social Movements. MINOM. Portugal.